

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

As propostas de Plano e Orçamento para 2005 e das Orientações de Médio Prazo para 2005-2008, agora em discussão, assinalam um novo ciclo para os Açores, após a fase do ciclo da “Nova Autonomia” concretizado pelos VII e VIII Governos Regionais da responsabilidade do Partido Socialista, que fruto das suas políticas, possibilitaram que os Açores de hoje sejam muito diferentes, e se encontrem num estado de desenvolvimento e de convergência com a economia nacional e europeia.

Hoje, temos rigor e estabilidade nas finanças públicas, um novo pilar na economia “o turismo” em consolidação, um sector primário, suporte das nossas exportações, mais forte e modernizado. Convergimos com economia nacional e europeia:

Desde 1999 que os Açores têm uma taxa de crescimento real do PIB superior à média nacional, em 2002, deixámos de ser a região com PIB per capita mais baixo, passámos à frente da região norte e igualámos a região centro. De 1995 a 2002 o PIB per capita dos Açores cresceu 70% e a média nacional 53,1%. Nas políticas de emprego:

A taxa de desemprego baixou de 7,9% em 1995, para valores abaixo de 4%. As taxas de actividade e de emprego têm vindo a aumentar de forma significativa nos Açores, no final de 2004 eram de 45 % e de 65,6%, respectivamente.

Para este novo ciclo, mais exigente e qualitativo, a estratégia de desenvolvimento para a Região, passa por manter estabilidade nas contas públicas, pelo continuado crescimento e convergência da economia regional com a nacional e a europeia, pelo aumento da nossa produtividade, pelo aumento do nível de qualificação e/ou formação dos nossos recursos humanos, pela aposta na inovação e novas tecnologias, e, em nome da coesão

económica, social e territorial, pela discriminação positiva dos investimentos que visem mercados de pequena dimensão, como sejam os das ilhas de Santa Maria, Graciosa, São Jorge, Flores e Corvo.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

As propostas em análise concretizam a política económica-financeira do programa do IX Governo Regional, sufragado pelo açorianos nas eleições de Outubro passado, e aprovado por esta Assembleia, sob o lema “Continuar a mudar os Açores para Melhor”.

Com a sua aprovação, estes instrumentos serão uma referência e um guia para todos agentes económicos, públicos e privados, tendo por base o investimento público previsto para o próximo quadriénio e as principais políticas governamentais para os mais diversos sectores.

As Orientações de Médio Prazo para 2005-2008, consubstanciam-se a partir do Programa do IX Governo Regional, na identificação das Orientações de Médio Prazo (OMP) e dos Grandes Objectivos de Desenvolvimento (GOD), enquadrando-se a sua operacionalização em 30 Programas de investimento, integrados nos diferentes departamentos do Governo .

Assim, nas Orientações de Médio Prazo para 2005-2008, foram definidos cinco grandes vectores de determinantes, a saber:

1. Promover a coesão social, económica e territorial da Região;
2. Incrementar os níveis de qualificação do tecido económico-social;
3. Potenciar os factores determinantes da produtividade e competitividade;
4. Promover a melhoria das redes estruturantes do território;
5. Melhorar os níveis de eficiência do sistema de gestão pública.

O primeiro vector assume um carácter vincadamente transversal em termos sectoriais e reflecte-se nas suas dimensões inter e intra regionais. A dimensão

inter-regional passa pela dinâmica do investimento público, associado ao rigor das finanças públicas e dos apoios comunitários prestados à Região, enquanto que a dimensão intra-regional, passará pelo esforço de coesão que será centrado em vectores estratégicos de natureza económica, social e territorial.

A Orientação “Incrementar os níveis de qualificação do tecido económico-social” pressupõe um conjunto diversificado de intervenções nos sectores de base económica regional, nas infra-estruturas, nos sectores sociais e no ambiente.

O terceiro vector “Potenciar os factores determinantes da produtividade e competitividade” está associado a uma intervenção pública susceptível de, por um lado, promover a modernização do tecido empresarial regional, fomentando a introdução de novas tecnologias e práticas de gestão e, por outro, de atrair capitais externos, potenciando assim a diversificação da base económica, alargando-a a novos mercados e produtos.

Quanto à quarta Orientação “Promover a melhoria das redes estruturantes do território” insere-se num espírito de continuidade relativamente ao esforço que os VII e VIII governos regionais concretizaram para vencer um dos mais graves défices estruturais da Região e que, em termos de investimento público absorveram uma parcela muito significativa dos recursos disponíveis.

Relativamente ao vector “Melhorar os níveis de eficiência do sistema de gestão pública”, este preconiza uma aproximação da administração pública aos agentes económicos e aos cidadãos em geral.

Estas orientações de médio prazo levaram à formulação de cinco Grandes Objectivos de Desenvolvimento para o quadriénio 2005-2008:

- Qualificar os Recursos Humanos, Potenciando a Sociedade de Conhecimento;
- Aumentar a Produtividade e a Competitividade da Economia;
- Reforçar a Coesão Social e a Igualdade de Oportunidades;
- Incrementar o Ordenamento Territorial e a Eficiência das Redes Estruturantes;
- Afirmar os Sistemas Autónomo e de Gestão Pública.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

O valor do investimento público a realizar pela Administração Regional no quadriénio 2005-2008 será de 2 376,4 milhões de euros, correspondendo a um investimento médio anual de 594,1 milhões de euros, dos quais 1 327,6 milhões de euros serão inscritos no Plano.

Estas previsões foram efectuadas num quadro de consolidação orçamental em que não se prevê qualquer recurso a endividamento directo da Região, portanto, num cenário de equilíbrio das finanças públicas regionais, no cumprimento integral da Lei das Finanças das Regiões Autónomas e tomando em consideração o facto de a presente legislatura coincidir com o fecho do actual quadro comunitário (QCA III) e com o arranque do próximo período de programação 2007/2013.

No cálculo do investimento global previsto para o quadriénio 2005-2008 na Região, foram considerados, para além das despesas do plano financiadas pelo Orçamento da Região, os financiamentos que advêm de outros fundos regionais, nacionais e comunitários.

Para o quadriénio, constitui objectivo do Governo Regional assegurar que a totalidade das despesas de funcionamento da administração regional seja financiada por receitas próprias da Região.

O Plano 2005 e as Orientações de Médio Prazo 2005-2008 compreendem um total de 30 programas, que contemplam 105 projectos. Para o ano de 2005 estão previstas 496 acções.

O Plano de 2005 prevê um total de investimento público de 545,9 milhões de euros, sendo 311,8 do Plano e 234,2 de Outros Fundos.

Os objectivos qualificação dos recursos humanos potenciando a sociedade de conhecimento e o reforço da coesão social e da igualdade, representam 35% dos investimentos, o aumento da produtividade e da competitividade da

economia, 32,5%, enquanto o ordenamento do território e eficiência das redes estruturantes 25,6% e os sistemas autonómicos e gestão pública 8%.

O investimento previsto para o Plano de 2005 e para os Programas dos Grandes Objectivos de Médio Prazo 2005-2008 foi apresentado no âmbito de um quadro realista, que permitirá à Região e a todos os agentes económicos nela envolvidos, assegurar um futuro que se deseja promissor e que possibilite os grandes desafios de desenvolvimento e de crescimento económico e social convergentes com o restante território nacional e com a União Europeia.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

A proposta de Orçamento para 2005, com um valor de 844,7 milhões de euros, sem contas de ordem, traduz um acréscimo de 12% relativamente ao ano anterior.

Se adicionarmos as contas de ordem, 328,6 euros milhões de euros, o valor global inscrito neste orçamento atinge os 1.173,3 milhões de euros.

A Receita Total prevista para 2005, sem contas de ordem, atinge o valor global de 844,7 milhões de euros, sendo igual ao das receitas efectivas, em virtude de não estar previsto o recurso ao endividamento.

Quanto ao valor da despesa prevista para o ano de 2005 atinge, sem contas de ordem, 837,7 milhões de euros. As Despesas Correntes representam 62% da despesa global, seguindo-se as Despesas do Plano, com 37% e as Despesas de Capital, 1%.

Esta proposta de Orçamento dá cobertura aos Grandes Objectivos de Desenvolvimento definidos para o primeiro ano de execução das Orientações de Médio Prazo 2005-2008 e prossegue a política orçamental levado a cabo nos últimos anos, constituindo objectivo central do IX Governo Regional continuar a promover a obtenção de taxas crescentes de cobertura das despesas de funcionamento da administração regional pelas Receitas próprias

da Região, como sendo o meio mais adequado para potenciar a libertação de recursos financeiros destinados a financiar o plano de investimentos da Região. A prossecução de uma política orçamental visando o equilíbrio das contas públicas tem sido um objectivo do Governo Regional de alguns anos a esta parte, e que se mantém na proposta agora em análise, visando não só o objectivo de assegurar o desenvolvimento sustentado de toda a Região. mas também a necessidade de preparar as finanças públicas para o impacto do alargamento da União Europeia.

Neste Orçamento, constata-se um incremento do peso relativo das receitas próprias da Região, por contrapartida a uma diminuição registada nas transferências do Orçamento de Estado e da União Europeia.

Senhor Presidente
Senhoras e Senhores Deputados
Senhor Presidente do Governo
Senhora e Senhores Membros do Governo

Com as propostas de Plano e Orçamento para 2005 e as Orientações de Médio Prazo para 2005-2008, dá-se mais um passo decisivo no caminho do desenvolvimento, do progresso e do processo de convergência real da nossa Região com o país e com a União Europeia que todos nós estamos a ajudar a construir.

Com estas propostas concretiza-se muitos dos compromissos sufragados pelos açorianos, nas últimas eleições, e contribuem para a consolidação do clima de confiança económica que se vive na Região.

Com estas propostas consolida-se a autonomia financeira da Administração Regional e o crescimento do investimento público e privado.

Com estas propostas aposta-se na qualificação dos recursos humanos e na coesão social e territorial da Região.

Com estas propostas continuaremos a mudar os Açores para melhor.

Horta, 5 de Abril de 2005

Deputado Regional: José do Rego